



V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

Eixo: Ordem patriarcal de gênero e relações sociais do sexo

Ecofeminismo, mulheres, sustentabilidade socioambiental

Latif Antonia Cassab ¹

Resumo

O trabalho apresenta o resultado parcial de uma pesquisa qualitativa, com o suporte bibliográfico. Assim, tem como problema investigativo: Como se constitui o ecofeminismo, enquanto um movimento feminista que busca desenvolver uma outra estrutura relacional de gênero entre os sexos, com igualdade e oportunidades às mulheres, associado a defesa e preservação do meio ambiente? Seu objetivo consiste em Conhecer o ecofeminismo, enquanto uma tendência no contexto dos movimentos feministas. Como resultado parcial, os estudos empreendidos tem ampliado meus conhecimentos sobre o tema, bem como, subsidiar atividades de estudos que envolvam a graduação e a extensão no espaço acadêmico.

Palavras-chave: ecofeminismo; mulheres; sustentabilidade socioambiental.

Abstract

The work presents the partial result of qualitative research, with bibliographic support. Thus, the investigative problem is: How is ecofeminism constituted, as a feminist movement that seeks to develop another gender relational structure between the sexes, with equality and opportunities for women, associated with the defense and preservation of the environment? Its objective is to understand ecofeminism as a trend in the context of feminist movements. As a partial result, the studies undertaken have expanded my knowledge on the topic, as well as supporting study activities that involve graduation and extension in the academic space.

Keywords: ecofeminism; women; socio-environmental sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que apresento inicia-se através do seguinte problema investigativo: "Como se constitui o ecofeminismo?"

A partir de inúmeras leituras, compreendo que o ecofeminismo pode ser definido como uma escola de pensamento, orientando tanto movimentos ambientalistas como

¹ Serviço Social, docente, Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Apucarana, pós-doutorado UFSC, latif_cassab@yahoo.com.br



feministas, no decorrer da década de 1970, em várias partes do mundo, estabelecendo uma interconexão entre a dominação da natureza e a dominação das mulheres.

O termo ecofeminismo tem sua origem com a escritora francesa Françoise D'Éaubonne (1920-2005), através de seu ensaio literário: "*Le féminisme ou la mort*", publicado em 1974. Nesta obra, D'Éaubonne sugere que as mulheres, assim como a natureza, são dominadas pelo patriarcado, que se apropria da fecundidade – da mulher e da fertilidade – da natureza. Com esse sentido, o ser humano compreende o meio ambiente enquanto um objeto que pode e deve ser subordinado, enquanto produtor de recursos que são quantificados e valorados de modo a manter indefinidamente o sistema de produção em grande escala. De forma similar, as mulheres são definidas universalmente pelo seu papel materno e doméstico na sociedade. Nessa perspectiva a condição feminina se relaciona unicamente a fatores biológicos/naturais, tidas como inferiores e desvalorizadas, e sendo pretexto para posicionar as mulheres em situação de subordinação.

Em outras palavras, é possível compreender que o desafio do ecofeminismo não se limita a exploração da terra e das mulheres, mas também contra a subjugação, a exploração dos povos indígenas, dos povos negros e de todos os segmentos minoritários. Assim, a ideologia do ecofeminismo defende a igualdade e a proteção das frações sociais que se relacionam intrinsecamente com a natureza e com a preservação da vida na terra.

Para Ynestra King (1989), o ponto inicial do ecofeminismo se expressa através da revolta posta tanto pelo feminismo como pela ecologia à dominação humana; sendo necessário repensar a relação entre a humanidade, enquanto seres naturais e incorporados e o que ainda temos da natureza. Em outros termos, a crise ecológica está intrinsecamente vinculada a sistemas de aversão a tudo ao que é natural e feminino, considerando que se encontra sob o poder de mãos majoritariamente brancas e masculinistas, formuladora ocidentais de filosofias e tecnologias de controle. Conforme a autora supracitada, as mulheres sempre estiveram à frente das lutas pela proteção e cuidado com a natureza – o Movimento Chipko [Chipko Andolan] é exemplo de tais lutas e proteção, onde mulheres da aldeia se agarram a árvores como forma de impedir que as empreiteiras de as cortar em Tehri. Garhwal.



Figura 1 – Movimento Chipko



Fonte: <https://www.britannica.com/topic/Chipko-movement>

Sobre os procedimentos desenvolvidos para as atividades da pesquisa, resultando nessa comunicação oral, é preciso expor que a investigação, de natureza qualitativa, desenvolveu-se através da pesquisa bibliográfica, a qual segundo Lakatos e Marconi (1992, p. 44), “[...] permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, [...] pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica”; constituindo-se por base material, principalmente, por livros, artigos, dissertações, teses, entre outros, seja na forma impressa ou digital.

A pesquisa bibliográfica tem como uma de suas principais características possibilitar ao pesquisador um suporte teórico amplo e consistente do conhecimento que se busca. Portanto, possibilitando um amplo alcance de conhecimentos e informações, além de permitir a utilização de conceitos, noções dispersas em inúmeras publicações, contribuindo, ainda, para a construção ou melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto. (GIL, 2008).

A leitura apresenta-se como a principal técnica, pois é através dessa que se pode identificar os conhecimentos e informações contidos no material selecionado, bem como verificar as relações existentes entre esses, no sentido de conhecer e compreender a sua consistência teórica. Segundo Lima e Miotto (2007 p. 42-43), as leituras devem se realizar sucessivamente, a partir das seguintes orientações:

- a) Leitura de reconhecimento do material bibliográfico – consiste em uma leitura rápida que objetiva localizar e selecionar o material que pode apresentar



informações e/ou dados referentes ao tema. Momento de incursão em bibliotecas e bases de dados computadorizadas para a localização de obras relacionadas ao tema.

b) Leitura exploratória – também se constitui em uma leitura rápida cujo objetivo é verificar se as informações e/ou dados selecionados interessam de fato para o estudo; requer conhecimento sobre o tema, domínio da terminologia e habilidade no manuseio das publicações científicas. Momento de leitura dos sumários e de manuseio das obras, para comprovar de fato a existência das informações que respondem aos objetivos propostos.

c) Leitura seletiva – procura determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa. Momento de seleção das informações e/ou dados pertinentes e relevantes, quando são identificadas e descartadas as informações e/ou dados secundários.

d) Leitura reflexiva ou crítica – estudo crítico do material orientado por critérios determinados a partir do ponto de vista do autor da obra, tendo como finalidade ordenar e sumarizar as informações ali contidas.

Realizado todo o procedimento bibliográfico, foi realizado a produção textual, originando os trabalhos parciais a partir dos assuntos sumarizados.

A partir da produção do conhecimento sobre o ecofeminismo, pretendo desenvolver ações acadêmicas, na graduação e na extensão, permitindo aos discentes instruírem-se sobre essa tendência do pensamento feminista, considerando a sujeição das mulheres e do meio ambiente aos interesses dos homens na ordem capitalista.

2. DESENVOLVIMENTO

Os primeiros movimentos, conectando o meio ambiente e a educação ambiental – o ambientalismo e o feminismo – surgem em 1960, na Europa e Estados Unidos.

A expressão “ecofeminismo” tem sua origem em um ensaio literário intitulado “*Le féminisme ou la mort*”, lançado em 1974, por. Françoise D’Éaubonne (1920-2005), sugerindo que assim como as mulheres, a natureza encontra-se sob o domínio do patriarcado, o qual se apropria da fecundidade da mulher e da fertilidade da natureza. Em outros termos, D’Éaubonne relata que historicamente o ser humano sempre concebeu o meio ambiente como algo que pode e deve ser dominado, qualificando a natureza como produtora de recursos que são quantificados e valorados, no sentido de manter indefinidamente o sistema de produção em grande escala; bem como, a permanência das mulheres, por tempo indeterminado, no papel materno e doméstico na sociedade, sendo que tais situações impostas às mulheres são colocadas unicamente por fatores biológicos/naturais, considerando-as como inferiores e, conseqüentemente, desvalorizadas, remetendo-as, dessa forma, às condições de subordinação. (DUARTE, 2015).

Neste sentido, o ecofeminismo afirma que há uma sujeição do feminino e da natureza aos homens, considerando que ambas são expostas à condição de subordinação e desvalorização. Trata-se de uma “[...] *identificación asimétrica de la naturaleza con lo femenino (la emoción, la reproducción, la superstición, el caos, la oscuridad)*” y la cultura



con lo masculino (la razón, la producción, el conocimiento, la luz el orden).”
(RODRÍGUEZ, 2000, p. 100 citado por DUARTE, 2015, p. 56-57).

Segundo Rector, (2009, p. 179-180),

No sistema patriarcal, a natureza é usada para servir à humanidade. O tratamento dado à terra é paralelo ao dado à mulher. Ambas eram de serventia para o homem. Sendo as mulheres tradicionalmente o “ambiente” e o homem o representante da cultura, é natural que a cultura transcenda a natureza pela subordinação. Há, portanto, uma dualidade entre natureza/cultura, e mulher/homem. A mulher está mais próxima da natureza pela sua fisiologia (procriação, lactação). Para o homem, a mulher também representa vida/morte, ou seja, útero/túmulo (womb/tomb). Nesse sentido, a natureza feminina lembra o homem de sua fragilidade humana, de sua própria morte.

Assim, é notório o quanto as mulheres e a natureza são desqualificadas, por uma imposição de um sistema de ordem patriarcal e uma cultura machista. Consequente, o ecofeminismo apresenta princípios apoiados no reconhecimento de interconexões entre a opressão das mulheres e da natureza.

Para Souza (2007, p. 7) o pensamento ecofeminista se apoia em três pressupostos: primeiro, no contexto econômico, onde a mulher e a natureza são consideradas como recursos ilimitados, possibilitando contínua acumulação do capital; outro, a partir âmbito político, identificando a mulher com a natureza e o homem com a cultura, mantendo a supremacia do homem na sociedade (patriarcalismo/machismo) no sentido de legitimar a opressão das mulheres e da natureza e, por fim, na esfera das políticas científicas e tecnológicas do desenvolvimento econômico moderno, permeado pela assimetria da neutralidade ao gênero, com uma visão que exclui o feminino do campo do conhecimento científico.

Mais, no contexto do conhecimento, vários estudiosos referem-se a tendências e/ou correntes no âmbito do ecofeminismo.

Apoiada na primeira e segunda onda do movimento feminista ², a americana Merchant (citado por RODRÍGUEZ, 1997, p. 102) reconhece o ecofeminismo a partir de quatro principais tendências: o ecofeminismo cultural, o ecofeminismo liberal, o ecofeminismo social e ecofeminismo radical ou revolucionário.

Outra, Souza (2007), considera o ecofeminismo em três tendências: a clássica, a espiritualista e a construtivista.

Segundo Mies (citada por DI CIOMMO, 1999, p. 151), há três tendências relevantes sobre o ecofeminismo: “[...] em primeiro lugar uma sociedade ecológica deve necessariamente fomentar a liberação da mulher; em segundo, a liberação ecológica da

² A primeira onda do feminismo ocorreu em meados do século XIX até início do século XX, especificamente em 1848, onde Elizabeth Stanton e Lucretia Mott se organizavam em reuniões com mulheres, cujas pautas reivindicavam os direitos civis para as mulheres, como o direito ao voto, a educação e ao trabalho. A segunda onda despontou em 1960, intensificando-se na década de 1970, com questões sobre as limitações impostas às mulheres no âmbito doméstico, contestando sua condição de reprodutora da espécie, para sua exclusão da vida pública e do poder político.



mulher requer uma sociedade ecológica, e em terceiro, as duas coisas não podem ser obtidas sem suprimir a exploração do Terceiro Mundo.”

No cenário brasileiro e no mundo as tendências do ecofeministas se desvelaram e foram difundidas com a realização da “ECO-92”³ (CASTRO & ABRAMOVAY, 1997, citado por SILIPRANDI), com a participação de muitas organizações e integrantes da coordenação do Planeta Fêmea, na propagação de uma visão feminina do mundo, na defesa pelos países do sul contra a pobreza gestada pelos países do norte, destacando, ainda, a necessidade de ações locais para recuperar o meio ambiente, relacionando a degradação ambiental com os problemas de saúde, além de lutar pelos direitos sexuais e reprodutivos femininos.

De acordo com o relatório *Women in Finance Climate Action Group* (outubro, 2021), apresentado na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, em 1º a 12 de novembro de 2021, em *Glasgow*, Escócia, as questões climáticas tem intimas implicações com as diversas desigualdades sociais, às quais intensificam e potencializam as mudanças do clima para determinados segmentos humano. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), 80% das pessoas deslocadas pelas mudanças climáticas são mulheres e meninas e que ampla parcela desse contingente são pobres, sendo, muitas vezes, dependentes da agricultura de subsistência.

Mais, segundo o relatório *Women in Finance Climate Action Group* (outubro, 2021), registra que mundialmente grande parte das estruturas de política climática não incorporam as questões de gênero, raciais e étnicas. Assim como, as mulheres são, frequentemente, mal representadas em funções chave de liderança e de tomada de decisão, em todos os setores relevantes.

Entretanto, segundo o Fórum de Mulheres para Economia e Sociedade (WFES) – uma plataforma que reúne líderes globais em diversas áreas – informou que através de um levantamento realizado em 2021, uma parcela maior de mulheres do que homens, modificaram seus hábitos para combater a crise climática, mas também, são elas, com mais propensões a aceitarem argumentos para realizar tais modificações. Porém, reforçam, que as mulheres são minorias na condição de formuladores e executores de políticas públicas nessa área.

É nesse cenário mundial, assimétrico e perverso, que se efetiva o ecofeminismo, como uma tendência para enfrentamento e superação das imposições estruturais machista, apoiado em um sistema político, social e econômico de ordem patriarcal, no âmbito do sistema capitalista, que submete e devasta as mulheres, pela falta de direitos e oportunidades, bem como o meio ambiente e respectivos ecossistemas.

³Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), sugiro a leitura do verbete no link: <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-tematico/conferencia-do-rio>



3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Atualmente, o ecofeminismo pode ser considerado como uma corrente que atua mais com as mulheres dentro do movimento ambientalista, ecológico, do que propriamente com o movimento feminista.

A práxis, entendida como a relação dialética entre pensamento e ação, é uma característica fundamental dos ecofeminismos. Teoria e prática se integram mutuamente de modo a compreender e sistematizar, a partir de ferramentas conceituais e metodológicas, tanto a relação entre as diferentes formas de opressão quanto as experiências das mulheres que revelam modos não hierárquico-dualistas e não exploratórios de estabelecer as relações sociais, ambientais e interespecies. (KUHNNEN; ROSENDO, s.d.)

Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as mulheres representam 80% das pessoas que precisaram migrar devido às mudanças do clima em 2016. Tal situação é condicionada por uma série de fatores, como menor renda e acesso a recursos financeiros, acesso limitado à terra e menor participação em processos de decisão.

Outra, o acesso à terra, no Brasil, também é uma questão muito relevante. Segundo dados do Censo Agropecuário (2017), apenas 18,7% de todos os estabelecimentos agrícolas eram dirigidos por mulheres. No Centro-Oeste, com maior presença de latifúndios, esse percentual foi de somente 6,0%. Ainda, conforme o Censo, o acesso às informações técnicas para as mulheres produtoras também foi menor em relação aos homens, de 9,6% contra 14,3%. Outros aspectos para o debate, usualmente exposto por trabalhadoras do campo são as jornadas de trabalho exaustivas, situações precárias de trabalho e a baixa remuneração.

Ainda, em 2012, no Brasil, movimentos de mulheres, cujas atividades de produção e reprodução submetem-se à proximidade com a natureza, colocaram em questão a discussão do modelo de desenvolvimento patriarcal, capitalista que ameaçavam seus modos de trabalho e seus modos de vida. São exemplos a Marcha das Margaridas ⁴ – apesar de muitas dessas mulheres, em sua diversidade de formas de vida no espaço rural, não se denominem o ecofeministas.

Para Rodriguez (2013, p. 42), as mulheres estão sucessivamente mais engajadas nas lutas em defesa da natureza no cenário brasileiro, mas, também, em muitos territórios no mundo. Exemplos com: as lutas das mulheres de Altamira e região contra a privatização e barragem do Rio Xingu, em Belo Monte; o das mulheres contrárias à privatização da água, em Manaus; no coração da Amazônia, a luta das mulheres pelo livre acesso aos babaçuais,

⁴ “A Marcha das Margaridas é um movimento socioambiental unificado de mulheres do campo de todo o Brasil, que recebe apoio de diferentes organizações da sociedade civil, com destaque para o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). O nome do movimento é inspirado na líder sindical paraibana assassinada em 1983, Margarida Alves, precursora na luta pelos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo.” (KUHNNEN; ROSENDO, s.d.).



especialmente na pioneira luta das maranhenses; das mulheres contra as florestas de monocultivo de eucalipto no Espírito Santo e no Paraná; mulheres contra a pesca de arrastão no Ceará; além de muitas outras lutas em que as mulheres, habitualmente estão à frente.

O engajamento de mulheres, no contexto mundial, é resultado dos muitos impactos das mudanças climáticas, associadas às questões dos efeitos das técnicas genéticas, em específicos à produção da vida vegetal e animal e, da incessante ampliação das monoculturas do agronegócio, para novas regiões no interior do Brasil. À vista disso, uma baliza se fez na defesa dos corpos e territórios, em 2019, através da 1ª Marcha das Mulheres Indígenas junto a 6ª edição da Marcha das Margaridas, em Brasília.

Um acontecimento importante para o ativismo de mulheres relacionado a questões ambientais no Brasil foi o da Eco-92, aliando a teoria e prática do ecofeminismo, inclusive com relação a sua própria história. Neste evento algumas pensadoras importantes dos estudos ecofeministas contribuíram com seus debates. Mais, segundo Rodriguez (2013, p. 40), na ocasião realizou-se o Planeta Fêmea, um “[...] espaço de reflexão das mulheres na Eco 92, criado sob a influência das ideias ecofeministas propiciadas por Vandana Shiva, Maria Mies, Carolyn Merchant e redes e organizações sociais”. Entretanto, apesar da pouca acolhida em incluir nas discussões a perspectiva ecológica na demanda dos movimentos de mulheres da época, as correntes ecofeministas no Brasil, pouco espaço conquistaram.

Em 2012, com a realização da Rio+20, nota-se um espaço maior para refletir sobre a relação das mulheres e do feminismo com a natureza. Nesse momento, os ecofeminismos já haviam extendidos suas compreensões, reconhecendo a complexidade dos diferentes tipos de experiências de mulheres, interseccionadas por categorias como classe, etnia, sexualidade, capacidades, que não poderiam ser minimizadas a uma leitura simplificada da proximidade entre mulheres e natureza.

Além da compreensão dos aspectos vinculados ao mercado de trabalho das mulheres no campo, zona rural, a tendência do ecofeminismo tem proporcionado um suporte de interpretação para pesquisas acadêmicas e produção de conhecimentos crescentes, aliados a outros objetos de investigação. Aqui quero referenciar os estudos sobre as ecovilas.

Por fim, é importante sinalizar, sem pretender esgotar aqui as diferentes contribuições dos ecofeminismos ativistas e acadêmicos, compreender como a subordinação, dominação e exploração das mulheres, dos animais, da natureza e de outras minorias políticas.

Assim, como contraposta à vigência do atual estágio do capitalismo, da renovação constante do patriarcado e a cultura do machismo, Shiva e Mies (1993, p. 15) reivindicam a necessidade de uma nova cosmologia que “[...] reconhece que a vida na



natureza (incluindo os seres humanos) mantém-se por meio da cooperação, cuidado e amor mútuos”.

4. REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, Shairra et al. O que é o ecofeminismo. **Revista Sustentarea**, v. 5, n. 2, 2023.

DI CIOMMO, Regina Célia. **Ecofeminismo e educação ambiental**. São Paulo: Cone Sul, 1999.

DUARTE, Raquel Cristina Pereira. **O ecofeminismo e a luta pela igualdade de gênero**: uma análise à luz da teoria bidimensional da justiça. 2015. Dissertação (Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Direito) – Universidade de Caxias do Sul, 2015.

KING, Ynestra. "The Ecology of Feminism and the Feminism of Ecology." In: Plant, Judith (ed.). **Healing the Wounds: The Promise of Ecofeminism**. Londres: Green Print, 1989. p. 18-28.

KUHNEN, Tânia A; ROSENDO, Daniela. **Ecofeminismos**. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ecofeminismos/> Acesso em: 10mar. 2024.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A., 1990. P.74-81.

LIMA, Telma C. Sasso de; MIOTO, Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katál**. Florianópolis, v. 10 n. esp., p. 37-45, 2007.

RECTOR, Monica. Ecofeminismo em Helena Marques. **Signótica**, v. 21, n. 1, p. 169-186, jan./jun. 2009.



RODRIGUEZ, G. Ecofeminismo: superando a dicotomia natureza/cultura. In: Rodriguez, G. (Coord.). **As mulheres na Rio+20: diversas visões contribuindo ao debate**. Rio de Janeiro: Instituto Equit, p. 37-56.

RODRÍGUEZ. Arantxa. Las mujeres y el medio ambiente: razones para un feminismo ecologista. **Cuadernos del Guincho**, n. 3, p. 98-104, Espanha 1997.

SHIVA, V., MIES, M. **Ecofeminismo**. Lisboa: Piaget, 1993.

SILIPRANDI, Emma. Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais. **Agrocol.e Desenv.Rur.Sustent.**, Porto Alegre, v.1, n1, jan./mar.2000.

SOUZA, I. P. **Os sentidos e representações do ecofeminismo na contemporaneidade**. In: VI SEPECH – Seminários de Pesquisa em Ciências Humanas, 2007, Londrina: Editora da UEL, 2007. v. 1.